

Boeing 737 da VASP — O Boeing cinco anos na frente.

# O contraste da Guanabara

**O** PLANO-Piloto Lúcio Costa para a Barra da Tijuca — e o demonstramos, em reportagem, ontem — tinha, entre outras vantagens, a de representar o início de solução do problema da superpopulação, neste Estado. Com uma área quatro vezes maior que a de toda a Zona Sul, a Barra, uma vez urbanizada, receberia o excedente demográfico que se comprime hoje nos estreitos limites citadinos do Rio. Por outro lado, o Plano-Piloto, elaborado por um urbanista da projeção internacional de Lúcio Costa, importaria a valorização social e humana de um dos recantos mais deslumbrantes da Guanabara. É importante salientar esta circunstância, pois a urbanização é considerada hoje como uma forma de vida. O urbanismo não consiste em um mero traçar de cidades, mas em criação de condições materiais que dignifiquem as condições de vida de uma comunidade. É evidente que o componente estético se inclui entre essas condições.

Elaborado, divulgado e aprovado o Plano-Piloto pelo governo do Estado, uma ponderável parcela da população carioca nele anteviu a possibilidade de encontrar no novo sítio urbano a comunidade em que lhe seria grato viver. Empresários deslocaram-se para a área, certos de que poderiam participar, com sua iniciativa, na tarefa de incorporação da Barra da Tijuca ao universo urbano da Guanabara.

Justificava-se a expectativa. O problema da megalopolização —, prevê-se que no prazo de trinta anos somente entre Rio, São Paulo e Belo Horizonte estarão concentrados cerca de cem milhões de pessoas, representando essa concentração mais da metade da futura população brasileira — estava na base mesma daquela expectativa. E por uma razão singela: em termos relativos, a população dos grandes centros urbanos brasileiros vem crescendo mais do que a população total do País. Assim, a tendência à concentração demográfica nas grandes capitais é uma diátese inapelável. Dela não te-

mos como fugir. Ou só temos como fugir na medida em que promovemos uma política de áreas metropolitanas.

A incorporação da Barra da Tijuca ao patrimônio comunitário da Guanabara representava a solução geográfica do nosso problema demográfico — era a distensão da cidade para aqueles limites, até agora só dotados de vago sentido turístico. Mas, para que os brasileiros da Guanabara, e não só os cariocas, pudessem contar com a Barra como novo sítio urbano, era preciso que o Plano-Piloto não ficasse no papel em que belamente foi projetado. E o que aconteceu?

Precisamente o inverso do que se esperava. A Barra não foi saneada. Esta medida preliminar, o governo do Sr. Chagas Freitas não a atacou. E, o que é mais grave: declara que não tem condições para fazê-lo. Quer isto dizer que a solução que o Rio havia encontrado para o seu mais angustiante problema humano — o do descongestionamento demográfico — foi abandonada.

Se não foi acionado o saneamento da Barra, também não foi providenciado melhor acesso à região. A Avenida Niemeyer e o Túnel Dois Irmãos continuam vias precárias. É mais um dado a confirmar a negligência do governo, reveladora do seu propósito de mandar a Barra da Tijuca às calendas gregas.

Mas, esta incapacidade administrativa que, aliás, projeta sua sombra sobre todos os problemas cariocas, não pode persistir, a menos que se queira transformar a Guanabara em terra arrasada. E eis o que não se harmoniza com os esforços e a orientação administrativa do atual Governo da República, obstinadamente empenhado em uniformizar o progresso do Brasil. A displicência com que o Rio está sendo conduzido pelo Sr. Chagas Freitas colide com aquela determinação, pois implica fazer surgir aqui uma área-problema no justo momento em que o Presidente Médici procura a eliminação de todas as regiões deprimidas do País.